

Prefeitura abre consulta pública sobre revitalização da Roosevelt

Projeto prevê várias obras, gestão privada com zeladoria e conexão com Parque Augusta

A Prefeitura de São Paulo iniciou uma consulta pública sobre um projeto de concessão e requalificação do Complexo Roosevelt, na região central da capital. A proposta prevê a transferência da gestão do espaço à iniciativa privada por 20 anos, acompanhada de intervenções urbanísticas, melhorias de infraestrutura, ações de manutenção e oferta de atividades culturais e esportivas.

O complexo é formado pela Praça Franklin Roosevelt, pelo estacionamento subterrâneo, pelo Belvedere Roosevelt e pela área conhecida como Baixo do Viaduto. A administração municipal pretende licitar a concessão após o encerramento do período de consulta pública e a análise das contribuições enviadas pela população e por entidades interessadas.

De acordo com os documentos disponibilizados pela Prefeitura, a futura concessionária

será responsável por executar obras de requalificação, realizar a manutenção dos equipamentos e administrar atividades econômicas previstas no contrato. Em contrapartida, deverá cumprir metas relacionadas à conservação dos espaços públicos, segurança, limpeza e programação sociocultural.

Entre as intervenções previstas está a reforma da Praça Roosevelt, incluindo adequações estruturais, melhorias no sistema de drenagem e recuperação de equipamentos existentes. O projeto também prevê a reforma de quiosques, ampliação da área destinada a cães e modernização de estruturas já instaladas no local.

Outro ponto central da proposta é a requalificação da Rua Gravataí, que deverá funcionar como ligação entre a Praça Roosevelt e o Parque Augusta. O plano inclui implantação de áreas verdes, arborização, novos



O projeto estabelece que a futura concessionária invista na requalificação da Praça Roosevelt

pontos de iluminação, mobiliário urbano e elementos voltados à drenagem sustentável, com o objetivo de criar um corredor de circulação para pedestres entre os dois espaços públicos.

Intervenções na região

Também estão previstas algumas intervenções na área sob o viaduto que integra o complexo. Segundo os estudos apresentados, o espaço deverá receber melhorias na iluminação pública e instalação de equipamentos de monitoramento. O Belvedere Roosevelt, inaugurado em 2023, permanecerá integrado ao conjunto e terá sua manutenção incluída no contrato de concessão da área.

O projeto prevê ainda a reabertura do estacionamento subterrâneo da praça para uso da população. Atualmente utilizado de forma restrita, o espaço deverá passar por adequações antes de voltar a operar

comercialmente. A exploração do estacionamento é apontada pela Prefeitura como uma das principais fontes de receita para a futura concessionária.

Além das obras físicas, o edital estabelece a realização contínua de atividades culturais, educacionais, esportivas e recreativas abertas ao público. O acesso à praça deverá permanecer livre, e as regras da concessão proíbem o fechamento total ou parcial das áreas públicas para eventos privados.

Investimentos previstos

Os investimentos previstos para as obras de requalificação somam cerca de R\$ 8 milhões. Já os gastos estimados com operação, manutenção, segurança e conservação ao longo das duas décadas de contrato ultrapassam R\$ 38 milhões, segundo os estudos divulgados pela administração municipal.

A proposta faz parte de uma

série de iniciativas voltadas à requalificação da área central da cidade. Nos últimos anos, a região tem sido alvo de diferentes projetos de intervenção urbana que buscam ampliar a circulação de pessoas, incentivar atividades econômicas e promover melhorias em espaços públicos.

Consulta pública seguirá aberta até o mês de julho

A consulta pública permanecerá aberta até o início do mês de julho. Após a análise das contribuições recebidas, a Prefeitura de São Paulo deverá publicar a versão definitiva do edital e dar sequência ao processo de licitação para escolha da empresa que será responsável pela gestão do Complexo Roosevelt. Uma audiência pública virtual também está prevista nos próximos dias para discutir os detalhes da proposta antes da publicação final do certame.

Justiça decreta prisão de jornalista que está envolvido em ação movida por Zambelli

A Justiça de São Paulo determinou a prisão do jornalista Luan Araújo em decorrência do descumprimento de uma obrigação imposta em um processo judicial movido pela ex-deputada federal Carla Zambelli. A decisão foi proferida pelo juiz José Fernando Steinberg, do Juizado Especial Cível da Barra Funda, na capital paulista.

Segundo os autos, a medida foi adotada após o jornalista deixar de cumprir o pagamento estabelecido em sentença relacionada a uma condenação por difamação contra a ex-deputada federal. O magistrado entendeu que houve descumprimento injustificado da determinação judicial e, com isso, converteu a pena que tinha sido anteriormente aplicada em pena privativa de liberdade.

O caso tem origem em um texto publicado por Araújo após o episódio ocorrido na véspera do segundo turno das eleições de 2022, quando ele foi perseguido por Zambelli armada em uma rua da capital paulista. A publicação resultou em uma ação judicial apresentada pela então parlamentar, que alegou ter sido vítima de ofensas à sua honra.

Em 2024, o jornalista foi condenado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo por difamação. Posteriormente, ele recorreu da decisão e chegou a obter um habeas corpus que determinou a reanálise do caso. Ainda assim, a condenação relacionada ao pagamento da indenização permaneceu objeto de disputa judicial.

Nos últimos meses, Araújo também buscou arrecadar



Jornalista foi condenado por difamação contra Zambelli

recursos para custear despesas processuais em ações ligadas aos desdobramentos do episódio envolvendo Zambelli. Entre elas está uma ação de indenização movida pelo jornalista contra a

ex-deputada federal.

O nome de Luan Araújo ganhou projeção nacional após o episódio de 2022, quando foi perseguido por Zambelli durante uma discussão política nas ruas

do bairro dos Jardins, em São Paulo. As imagens da ocorrência repercutiram amplamente e deram origem a processos judiciais em diferentes instâncias.]

Paralelamente, Carla Zambelli responde a outros processos relacionados ao caso da perseguição armada. Em decisões posteriores, o Supremo Tribunal Federal condenou a ex-deputada por crimes ligados ao episódio e determinou a perda de seu mandato parlamentar. A ex-parlamentar também enfrenta processos em outras frentes judiciais.

Até o momento, não havia informação pública sobre eventual cumprimento da ordem de prisão ou sobre novos recursos apresentados pela defesa do jornalista contra a decisão mais recente da Justiça do Estado de SP.